

# ESCOLA NÃO É FÁBRICA!

O GOVERNO ESTADUAL PRETENDE APLICAR MAIS UMA VEZ O “SAERJINHO”. Gostaríamos de explicar as razões pelas quais decidimos lutar contra este instrumento do governo e contra o Plano de Metas que hoje define as políticas públicas em educação no Nosso Estado.

Ao propor o boicote às provas do “SAERJinho”, não pretendemos impedir um diagnóstico dos problemas da educação estadual. Pelo contrário, queremos denunciar que

esta prova não serve para isso e tem, na realidade, outros objetivos. O sentido do SAERJinho se revela no próprio site oficial da SEE-DUC: “Com este retrato será possível ajustar as práticas docentes à realidade dos estudantes”



## QUE REALIDADE?

Àquela definida numa prova elaborada por uma universidade de Minas Gerais para todos os alunos da rede estadual, estejam eles na zona rural de Miracema ou em um bairro populoso da Baixada Fluminense? Não sejamos ingênuos: “ajustar as práticas docentes” significa padronizar o ensino. O economista/secretário quer saber se estamos todos ensinando as mesmas coisas, do mesmo jeito e com os mesmos resultados, independente da realidade vivida por nossos alunos e por nossas escolas. Ao tentar padronizar e aprisionar

os modos de ensinar, as formas de aprender e os múltiplos saberes de estudantes e educadores, o Plano de Metas mata o sentido público da educação pública. Boicotamos o “SAERJinho” porque acreditamos que Escola não é fábrica e educação não é mercadoria. Propusemos ao economista/secretário, por diversas vezes a abertura de um debate franco e democrático sobre estas questões, mas até agora, nada foi marcado. Nos resta, portanto, lutar decisivamente contra mais esta prova e paralisar nossas atividades no dia de sua realização.

# 7 RAZÕES PARA PARALISAR AS ATIVIDADES E BOICOTAR O SAERJINHO

1. O SAERJinho é parte importante do Plano de Metas apresentado pelo atual secretário de educação, o economista Wilson Risolia no início do ano de 2011.

2. Um dos eixos principais do Plano de Metas é a meritocracia. Isto significa que o resultado desta e de outras avaliações externas será utilizado para “premiar ou punir” professores e funcionários de acordo com o seu resultado, estabelecendo uma lógica de remuneração variável.

3. O SAERJinho é, portanto, um componente de uma avaliação classificatória que pretende estabelecer salários diferentes de acordo com a produtividade de cada escola, escondendo que este sistema já deu errado em vários lugares como Chile, EUA ou São Paulo.

4. Já fracassou aqui no Rio também, com o “finado” Programa

Nova Escola do governo Garotinho.

5. O SAERJinho não é um instrumento para avaliar as políticas públicas em educação no Rio de Janeiro, mas apenas um instrumento de pressão e responsabilização dos profissionais da educação.

6. Ao fazer do resultado de uma prova, o ponto de partida para um processo de responsabilização dos profissionais sem questionar de quem é a responsabilidade por décadas de descaso e desmonte da escola pública, o governo transfere a sua responsabilidade para os profissionais da educação e condena as escolas a continuarem na atual situação.

7. Ao ameaçar impor a nota do “SAERJinho” como parte da nota dos nossos alunos interfere de maneira autoritária no nosso trabalho, objetivando transformar professoras e professores em meros “entregadores” de conhecimentos prontos.

# 4 PROPOSTAS COMPROMETIDAS COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Para além de boicotar o SAERJinho, é preciso avançar em propostas que representem, de fato, um diagnóstico da rede e um processo de superação dos problemas atualmente enfrentados pelas escolas estaduais. Além de suspender imediatamente as provas previstas no Plano de Metas, propomos as seguintes medidas iniciais:

1) **Fim da política de bonificações** prevista para 2012 e a utilização destes recursos em efetiva melhoria salarial de todos os profissionais da educação.

2) **Abertura de um processo de discussão democrática** para o estabelecimento das condições necessárias para uma efetiva educação de qualidade e a negociação das metas de curto, médio e longo prazos para a universalização destas condições.

3) **Valorização do processo de construção do projeto político-pedagógico de cada escola**, de modo a permitir que as diversas co-

munidades escolares realizem um diagnóstico da sua situação e discutam as maneiras de superar as adversidades presentes em cada realidade.

4) **Construção democrática de mecanismos de controle social**, em especial, dos conselhos escolares, fóruns regionais e do próprio Fórum Estadual de Educação como espaços mais amplos do processo de avaliação das políticas públicas em educação no Estado do Rio de Janeiro.

Muitas vezes, é preciso remar contra a maré e provar que o pensamento único não venceu, para manter vivas nossas esperanças em uma educação e num mundo melhor. O SEPE continuará na luta contra todos os projetos que tentarem subordinar educadores e professores às regras do mercado excludente. Venham de onde vierem, tais projetos terão respostas nas nossas lutas. E temos orgulho de cada uma delas.